EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA COLABORATIVA NO ENGAJAMENTO DOS AGENTES EM SAÚDE

Leila Cristina Nunes Gomes[1]

Resumo: O presente artigo analisa a relevância do papel de uma governança colaborativa e a sua relação com o engajamento dos principais agentes (*stakeholders*) envolvidos para o desenvolvimento da educação ambiental em saúde como estratégia fundamental para enfrentar os desafios da sustentabilidade no segmento, assim como os problemas socioambientais. A partir dos conceitos de agentes e de governança colaborativa, discute-se as ações de educação e cooperação, concluindo-se que a integração entre estes é essencial para a construção de uma educação ambiental relevante para o conceito de Saúde Única (*One Health*) e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Sustentabilidade; Cooperação; Integração; Saúde Única; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: This article analyzes the relevance of the role of collaborative governance and its relationship with the engagement of the main stakeholders involved in the development of environmental health education as a fundamental strategy to face the challenges of sustainability in the segment, as well as socio-environmental problems. From the concepts of agents and collaborative governance, the actions of education and cooperation are discussed, concluding that the integration between them is essential for the construction of a relevant environmental education for the concept of One Health and for the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Sustentability; Cooperation; Integration; One Health; Sustainable Development.

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: lcnunesgomes@gmail.com.
Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6455054147052703

Introdução

Nas últimas décadas, a interdependência entre saúde humana e meio ambiente tornou-se um dos principais focos dos debates acadêmicos, científicos e políticos globais. A degradação ambiental, a emergência climática, a poluição do ar, da água e dos solos e a perda de biodiversidade, configuram-se como determinantes ambientais diretos e indiretos dos perfis epidemiológicos contemporâneos (Organização Mundial de Saúde, OMS, 2021).

A mudança climática e o aumento da conscientização sobre a saúde do planeta tornaram a redução da pegada ecológica uma prioridade para todas as organizações, inclusive as de saúde. No entanto, melhorar o impacto ambiental dos cuidados permanece difícil. Pesquisadores argumentam que essas dificuldades são causadas pelo seu aspecto multidimensional, influenciado em toda a sua cadeia e, muitas vezes, difícil de identificar ou mesmo de mensurar (Sijm-Eeken *et al*., 2024).

As atuais crises socioambientais e sanitárias exigem, cada vez mais e, o mais rapidamente possível, respostas que considerem a complexidade das inter-relações entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As mudanças climáticas, o aumento das doenças associadas ao clima e à degradação ambiental, além da crescente desigualdade social, evidenciam a necessidade de novas abordagens conjuntas (Farias; Marques; Martins Filho, 2024). O agravamento das crises ambientais globais, incluindo eventos extremos como a perda de biodiversidade, tornou evidente que saúde humana e sustentabilidade ambiental são dimensões indissociáveis (Whitmee *et al*., 2015).

É possível perceber, segundo a Confederação Nacional da Indústria / CNI (2023), um aumento do peso dos “estímulos verdes” à medida que, cada vez mais, eles estarão dedicados a ações de recuperação de longo prazo ao invés do enfrentamento emergencial no curto prazo. Líderes de todo o mundo têm à sua frente uma oportunidade histórica para transformar estilos de desenvolvimento rumo a economias mais igualitárias, inclusivas e mais resilientes – diante, inclusive, das ameaças de pandemias, como vivenciou-se recentemente com o evento da covid-19, que expôs as conexões diretas entre desequilíbrios ecológicos e emergências sanitárias.

As transições pelas quais a humanidade tem respondido e que são relativas aos novos pensamentos sobre a natureza incluindo, neste aspecto, a questão da educação ambiental, deveriam caminhar, necessariamente, para uma manutenção saudável. Acosta (2016) em seu livro “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, alega que todas essas mudanças

surgiram como questões básicas para um progresso que pudesse orientar a humanidade em um sentido melhor e mais viável.

Na sociedade contemporânea o sistema educacional formal consagrou-se como lugar de aprendizagem por excelência. No entanto, não se pode ignorar que para além do sistema escolar, isto é, nas interações da vida em sociedade, no ambiente de trabalho, na família, no contato com a variedade de mídias e outros tipos de interações, as possibilidades de aprendizagem, assimilação de ideias, experiências e reflexões se multiplicam ampliando o horizonte e a capacidade de desenvolvimento intelectual dos indivíduos (Alves; Ximenes; Araújo, 2015).

O processo educativo e seus desdobramentos em ambientes educativos não formais, como o ambiente de trabalho citado, requerem aportes teórico-metodológicos capazes de suportar suas diferentes demandas cotidianas. No ambiente hospitalar a qualidade do ambiente vivenciado cotidianamente por seus profissionais interfere diretamente na qualidade das atividades desenvolvidas, sendo que seu inverso também é verdadeiro, necessitando de incrementos educacionais voltados para realidades ocupacionais específicas. De acordo com Alves (2008) o espaço de trabalho da maioria dos profissionais de serviços de saúde é o mesmo de acolhimento e assistência dos doentes e seus acompanhantes podendo interferir e comprometer as atividades laborais e a saúde daqueles que vivenciam o mesmo ambiente.

Segundo Alves; Ximenes; Araújo (2015) é indiscutível a afirmação de que as condições ambientais dentro dos estabelecimentos de saúde interferem na saúde dos indivíduos. Mas, a abrangência da temática ambiental no setor saúde, interfere na resolutividade de suas questões, envolve diferentes setores, serviços e profissionais, colocando em pauta diferentes desafios. A qualidade e a promoção de ambientes saudáveis nos serviços de saúde, ainda é uma questão pouco discutida e assimilada pela maioria de seus profissionais e gestores apresentando-se, ainda, como uma de suas novas demandas.

As condições ambientais desfavoráveis da maioria destes serviços são geradoras potenciais de impactos negativos ao meio ambiente com sérias implicações na saúde dos indivíduos representando riscos (químicos, físicos e biológicos) incalculáveis para a saúde coletiva, cujas fontes de poluição são distintas: alta produção de resíduos de serviços de saúde e deficiência no seu gerenciamento, emissão de gases perigosos, inadequado tratamento da água para consumo humano, destinação final imprópria para efluentes e resíduos, controle de pragas, dentre diversos outros (BRASIL, 2006). Assim, as demandas e fatores ambientais que interferem na saúde dos indivíduos compõem o escopo de temáticas do campo da saúde e da educação ambiental.

Em razão dos fatos citados e da evolução histórica da educação ambiental mundial ocorreram, também, avanços brasileiros, que culminaram com a promulgação de uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

desde 27 de abril de 1999, sob a lei n° 9795 (BRASIL, 1999). Esta lei define a educação ambiental como sendo os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como para o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Segundo Marques e Gonzalez (2022), na definição legal de educação ambiental no país, reproduzida acima, menciona-se o meio ambiente como essencial à qualidade de vida. Sem dúvida, o meio ambiente em equilíbrio, isto é, sem impactos ambientais negativos, significa um aspecto positivo em relação à saúde dos seres vivos em geral, inclusive à saúde humana (BRASIL, 2007). Isto porque, para a manutenção saudável citada dos organismos vivos (incluindo-se aqui a espécie humana), faz-se necessário um ambiente igualmente saudável, ou seja, com água de boa qualidade, ar não poluído e solo não contaminado ou degradado, além de outros fatores ambientais de homeostase (Miller, 2007).

O Brasil (1992), através do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento produzido na Jornada Internacional de Educação Ambiental durante o Fórum Global paralelo à Rio-92, traz uma das mais aceitas definições de Educação Ambiental e que diz:

> Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e estimula a formação de sociedades sustentáveis, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (Brasil, 1992, p.1)

Assim, neste documento, foram estabelecidos 16 parágrafos nos quais alegava-se que a educação é um direito de todos, deve ter como base um princípio crítico e inovador, não deve ser neutra e sim ideológica – pois é um ato político possuir uma visão holística tratando-se de questões globais sem desmerecer nenhum dos povos. Deve valorizar as formas de conhecimento, planejar e capacitar as pessoas para a educação ambiental e cooperar o diálogo entre indivíduos e instituições.

Nesse cenário, a educação ambiental em saúde desponta como estratégia essencial, não apenas para a formação de sujeitos conscientes, mas também para fomentar práticas coletivas. Contudo, a efetividade dessas ações está intrinsecamente ligada a modelos de governança colaborativa, nos quais diferentes atores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e organismos internacionais atuam de forma interdependente e corresponsável, inclusive fortalecendo o desenvolvimento de inovações sustentáveis. Assim, a articulação entre educação ambiental em saúde, através de agentes, governança colaborativa e sustentabilidade se apresenta como um caminho

estratégico para a construção de territórios mais resilientes, saudáveis e socialmente justos (Farias; Marques; Martins Filho, 2024; Nery; Costa; Santos, 2024).

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do engajamento da governança colaborativa com os agentes envolvidos em saúde, através de uma educação ambiental relevante para o conceito de Saúde Única (*One Health*) e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Agentes envolvidos em saúde

Inúmeras partes interessadas (quadro 1) de diversos setores convergem para o fornecimento dos cuidados em saúde gerando uma complexa rede de serviços, bens, *design* e valor social onde organizações de saúde, provedores de serviços e pacientes constituem os principais elementos interconectados, cada um exercendo papel e influência definidos, incluindo o da sustentabilidade (Bevere; Faccilongo, 2024).

Quadro 1: Principais agentes (partes interessadas) em saúde.

Agentes (partes interessadas)	Necessidades, desejos e expectativas
Equipe de saúde	Melhores resultados clínicos, melhor diagnóstico e tratamento
Pacientes	Melhores experiências, melhor bem-estar fisiológico, redução do tempo de espera, redução de atraso, descoberta a tempo de soluções para possíveis doenças
Organizações	Aprimoramento da eficiência das operações internas, contenção de custos, aumento da produtividade e qualidade e melhoria nos resultados
Empresas inovadoras	Lucro, melhores resultados, liderança de mercado
Agências reguladoras	Redução de riscos, melhoria na segurança do paciente e do ambiente e maior padronização de ações e procedimentos

Fonte: Traduzido e adaptado de Omachonu; Einspruch (2010).

O impacto das organizações de saúde, também chamadas de provedores de saúde, na sustentabilidade do sistema é aparente por meio da aquisição e utilização de produtos e serviços para o cuidado ao paciente.

Assim, o progresso adicionou uma nova camada de complexidade às relações entre clínicos, pacientes e associações, tornando necessárias novas abordagens de interação e comunicação (Yao *et al*., 2022). Os agentes citados são essenciais e as partes diretamente envolvidas nos processos.

No entanto, outros agentes envolvidos ou *stakeholders* também desempenham um papel crucial no desenvolvimento da educação ambiental na área da saúde, uma vez que, a saúde é um segmento que demanda abordagens contínuas e integradas para o seu desenvolvimento sustentável (Figura 1).

Além disso, processos de sustentabilidade são atividades dinâmicas e abrangentes que ocorre em todos os setores de uma economia, não sendo uma prerrogativa exclusiva do setor empresarial; outros tipos de organizações, assim como indivíduos e sociedade, participam dessa coleta e distribuição de novos conhecimentos relevantes para a sustentabilidade, havendo hoje maior preocupação se tais conhecimentos são nocivos ou não ao ambiente e à sociedade, inclusive na área da saúde (*Organization for Economic Co-operation and Development* – OECD; *European Statistical Office* – EUROSTAT, 2018).

Figura 1: Mapa geral de agentes (*stakeholders)* envolvidos em saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A integração de diversos agentes é altamente benéfica na troca e na manutenção do fluxo da informação e do conhecimento, favorecendo a educação ambiental em todos os sentidos.

Assim, segundo Pellegrini e Lovati (2025) abordagens personalizadas e participativas à medicina são necessárias e, questões essenciais sobre a melhor forma de gerir a comunicação em saúde e as interações entre as partes interessadas têm de ser respondidas, sobretudo no que se refere às questões ambientais. As informações sobre o ambiente em saúde precisam ser comunicadas de forma relevante, confiável e precisa, apesar de sua crescente

complexidade. A fim de auxiliar uma cultura de sustentabilidade entre os funcionários, resultando em um ambiente hospitalar ecologicamente responsável, a educação ambiental aparece como peça fundamental para todo esse processo (Santos *et al*., 2024 *apud* Godoy; Paccola; Ferrari, 2025).

A comunicação eficaz entre doentes, prestadores de cuidados e profissionais de saúde é fundamental para a obtenção de cuidados de qualidade e para melhorar o acesso aos cuidados de saúde e aos resultados em saúde de um modo geral. Além disso, a comunicação eficaz em saúde é fundamental para construir e reforçar a literacia em saúde, o que pode capacitar os doentes a navegar melhor pelos serviços da área (Rubinelli *et al*., 2019).

O Centro Europeu para a Prevenção e Controle de Doenças definiu a comunicação em saúde como sendo o estudo e a utilização de estratégias de comunicação para informar e influenciar decisões individuais e comunitárias que melhoram a saúde da população e da sociedade e reconheceu-a como um elemento vital para a melhoria da saúde pessoal e pública (Doyle *et al*., 2012), principalmente quando vive-se a necessidade de uma atenção permanente e vigilante no que se refere às condições ambientais atuais, tão prejudiciais – sendo a educação ambiental fundamental nesse processo.

Essas conexões mostram a relevância dos processos de interação entre todos os atores do segmento, clínicos, pacientes, sociedade e demais agentes envolvidos. Além disso, estudos sugerem que mecanismos de diálogo e participação ativa dos vários sujeitos inerentes aos processos da área podem iniciar caminhos e beneficiar os esforços de pesquisa (Blok, 2014), principalmente no que se refere à uma educação ambiental que possa trazer para o segmento conhecimento e divulgação de boas práticas em sustentabilidade.

Abordagens de pesquisa participativa e a contabilização das necessidades das partes interessadas nos processos de pesquisa têm sido cada vez mais reconhecidas como potencialmente benéficas em vários estudos (Forsythe *et al*., 2016). Assim, torna-se extremamente relevante o papel da governança colaborativa na integração entre as partes para que seja possível um desenvolvimento mais sustentável através da educação ambiental em saúde.

Governança colaborativa e seu papel na educação ambiental e comunicação junto aos agentes em saúde

As regras de governança em qualquer âmbito têm como finalidade assegurar a eficiência e alinhar os interesses das diversas partes envolvidas ou os *stakeholders*. A governança pode ser entendida como um conjunto de regras, práticas e processos que determinam como uma organização ou um sistema é gerenciado por sua liderança.

A gestão, através das fronteiras organizacionais, é temática constante e relevante nos trabalhos de inúmeros teóricos da administração, desde as suas origens na ciência política contemporânea. O papel dos líderes como gestores fundamentais para a aplicação do princípio de liderança tem sido amplamente discutido na literatura por autores como Peter Drucker, Daniel Goleman e Kouzes e Posner, entre outros.

Líderes são aqueles que podem propor políticas e implementá-las. São responsáveis pela gestão da avaliação do desenvolvimento das práticas, da identificação e resolução de problemas de implementação e gestão da manutenção de programas de longo prazo. E estes precisam vincular a sustentabilidade da organização ao amplo contexto em que sua organização se encontra (Chiarini; Vagnoni, 2016). Processos de educação ambiental nos quais há o envolvimento de todos torna-se fundamental e essencial ao desenvolvimento da organização.

Os principais fatores críticos de sucesso considerados para desenvolver a liderança são: estabelecimento de metas, transparência, prestação de contas na gestão, mudança da cultura organizacional e educação (Karliner; Guenther, 2011). Assim, a governança colaborativa representa uma abordagem holística na administração de uma organização, onde a tomada de decisão é compartilhada entre diversos atores, incluindo, não só a alta direção e conselhos, mas, também, como já dito, todos os agentes envolvidos como instituições, parceiros, sociedade civil, instituições governamentais e não governamentais entre outros. Ela reconhece que as decisões afetam e são afetadas por uma variedade de interesses e, portanto, busca a inclusão ativa de diversas perspectivas para o alcance de objetivos comuns (Ramos; Martinez, 2006).

O setor da saúde enfrenta desafios únicos que o diferencia de outros tipos de indústria. Líderes e funcionários da área vivenciam altas complexidades ambientais que exigem uma combinação única de habilidades e conhecimento de liderança. A liderança está emergindo cada vez mais como um imperativo estratégico significativo para organizações de saúde, em sua tentativa de se adaptar e antecipar dinâmicas para acompanhar as tendências de mercado (Wheelen *et al*., 2017). Como prestadores de serviços de linha de frente, médicos e enfermeiros necessitam de habilidades essenciais de liderança e gestão para desempenharem suas funções com eficiência e desenvolverem uma educação ambiental eficiente que permeie por toda a instituição.

Assim, é um modelo de gestão que se caracteriza pela participação ativa e contínua de múltiplos atores como governos, sociedade civil, setor privado, academia e organismos internacionais nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos e educação ambiental contínua (Ansell; Gash, 2008).

Como apresentada no artigo intitulado Governança e Inovação: Uma Abordagem Integrada, trabalho do Instituto Brasileiro de Governança

Corporativa – IBGC (2021), a governança implica numa gestão que alinhe propósito, objetivos e valores na organização. No contexto da saúde, isso significa definir claramente papéis e responsabilidades, alocar recursos de maneira estratégica e garantir que os processos sejam sistêmicos e contínuos, além de sustentáveis e de não prejudicial, em hipótese alguma, aos agentes envolvidos de um modo geral e da sociedade como um todo.

Diferente dos modelos hierárquicos tradicionais, a governança colaborativa fundamenta-se em princípios como: a transparência (acesso aberto às informações e aos processos decisórios); a participação (inclusão ativa e efetiva de todos os *stakeholders*); a corresponsabilidade (através do compartilhamento de responsabilidades, recursos e riscos); a horizontalidade (valorização de saberes diversos e redução de assimetrias de poder) e a cocriação (construção conjunta de soluções, estratégias e decisões).

Líderes no setor de saúde não devem apenas buscar desenvolvimento individual e profissional, mas devem buscar melhorias que sejam sustentáveis a longo prazo. A organização e a prestação de cuidados em hospitais estão em vários estágios de transição, com a expectativa de que a transformação atenda, adequadamente, às necessidades e expectativas das partes interessadas. Associada a essa transição está uma mudança nas expectativas dos pacientes em tratamento, especialmente em torno da gestão médica e das necessidades de saúde (Greening, 2019).

Com base nessas tendências, há um crescimento inevitável de líderes em saúde com conjuntos variados e específicos de competências que os habilitem a estar continuamente cientes e responsivos à complexidade e ao dinamismo da sociedade e do ecossistema. É por meio desse amplo senso de responsabilidade que os líderes da área conseguem estabelecer alianças e colaborações que facilitem a concretização de melhores resultados. Os líderes do segmento devem ter competências essenciais que incluam inteligência técnica, inteligência intelectual, inteligência emocional, inteligência pessoal, inteligência analítica e inteligência criativa (Harden *et al*., 1999).

O desenvolvimento dessas competências e programas de treinamento permite que os líderes desenvolvam novas habilidades de liderança enquanto estão em contato com as mudanças que todo o ecossistema de saúde está vivenciando. Por meio desse processo, os líderes podem desenvolver três capacidades significativas: a capacidade de visualizar um sistema mais amplo, promover conversas generativas e participar da cocriação do futuro (Amagoh, 2009; Bullivant, 2010).

No campo da educação ambiental em saúde, esses princípios são fundamentais para garantir que as ações sejam efetivas, culturalmente sensíveis e socialmente justas, uma vez que, os problemas socioambientais e sanitários são complexos, interdependentes e multifacetados (IBGC, 2021).

Assim, a governança colaborativa, entre seus diversos significados, pode ser entendida como um processo em que ocorrem fluxos de troca de

conhecimento por meio das fronteiras organizacionais (West *et al*., 2014) que aceleram o aprimoramento interno e que expandem os mercados para utilização externa. Os fluxos de entrada e saída de conhecimento, inclusive sobre toda a discussão de sustentabilidade em saúde, e que são, respectivamente, o fluxo *inbound* – de fora para dentro da organização, que acelera o desenvolvimento interno mediante fontes de conhecimento adquiridas externamente – e o fluxo *outbound* – de dentro para fora da organização, que fornece as ideias e tecnologias como propriedade intelectual, patentes e licenças, desenvolvidas internamente para os agentes externos (Chesbrough; Crowther, 2006) são fundamentais nessa relação da educação ambiental em saúde.

Ainda segundo o artigo citado do IBGC (2021) entender essas dinâmicas é algo fundamental para que se possa, efetivamente, mobilizar recursos, talentos e conhecimentos, de maneira que, todo o sistema conduza a avanços significativos em termos sociais – o que é crucial para qualquer organização que busca sustentar sua vantagem competitiva, fazendo com que as potencialidades superem possíveis limitações do sistema. A presença da governança nas ações de desenvolvimento das organizações, cria um total alinhamento da cultura organizacional, da estrutura e dos processos, dos seus resultados e das definições de papéis em todas as áreas da gestão e da inovação.

Dessa forma, o papel da governança para a área da educação em saúde é fundamental. Como uma área que opera para incentivar a sustentabilidade por meio de parcerias com centros de pesquisa e empresas, atender a comunidades e à sociedade como um todo e ser a grande provedora do bem-estar da coletividade, ela deve integrar diferentes visões e habilidades para impulsionar a competitividade e a sustentabilidade no desenvolvimento da área através da educação ambiental. A participação e colaboração de diversos setores unidos à saúde permitem, não apenas compartilhar riscos e investimentos, mas, também, unir conhecimentos especializados que potencializam o desenvolvimento da sociedade.

Assim, uma governança colaborativa pressupõe a construção de confiança, o que só é possível mediante dispêndio de tempo, isto é, relações de longo prazo, com compromisso com o processo por meio do reconhecimento mútuo da interdependência entre os envolvidos, do compartilhamento de responsabilidades e da abertura para explorar ganhos mútuos (Ansell; Gash, 2008).

Relevância da relação entre governança colaborativa e agentes para os conceitos de *One Health* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O recente relatório de Romanello (2024) descreve que dez dos quinze indicadores estudados nos últimos oito anos, sobre os riscos, exposições e impactos à saúde relacionados às mudanças climáticas, atingiram novos recordes no ano mais recente da série histórica. Para a saúde, as mudanças

climáticas podem ser consideradas um divisor de águas (Monzoni; Nicolletti, 2024).

O conceito citado pelos órgãos que formam a Quadripartite – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), *United Nations Environment Programme* (PNUMA), *World Health Organization* (OMS) e *World Organization for Animal Health* (WOAH) em 2022 – denominado de *One Health* (Saúde Única), já preconizava a ideia de uma abordagem integrada e unificadora que visava equilibrar e otimizar, de forma sustentável, a saúde de humanos, animais, plantas e ecossistemas, reconhecendo que estão intimamente ligados e interdependentes. E esta abordagem mobiliza vários setores, disciplinas e comunidades em diferentes níveis da sociedade para trabalharem juntas e promoverem o bem-estar, além de enfrentarem ameaças à saúde e aos ecossistemas, enquanto abordam necessidades coletivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável (Figura 2).

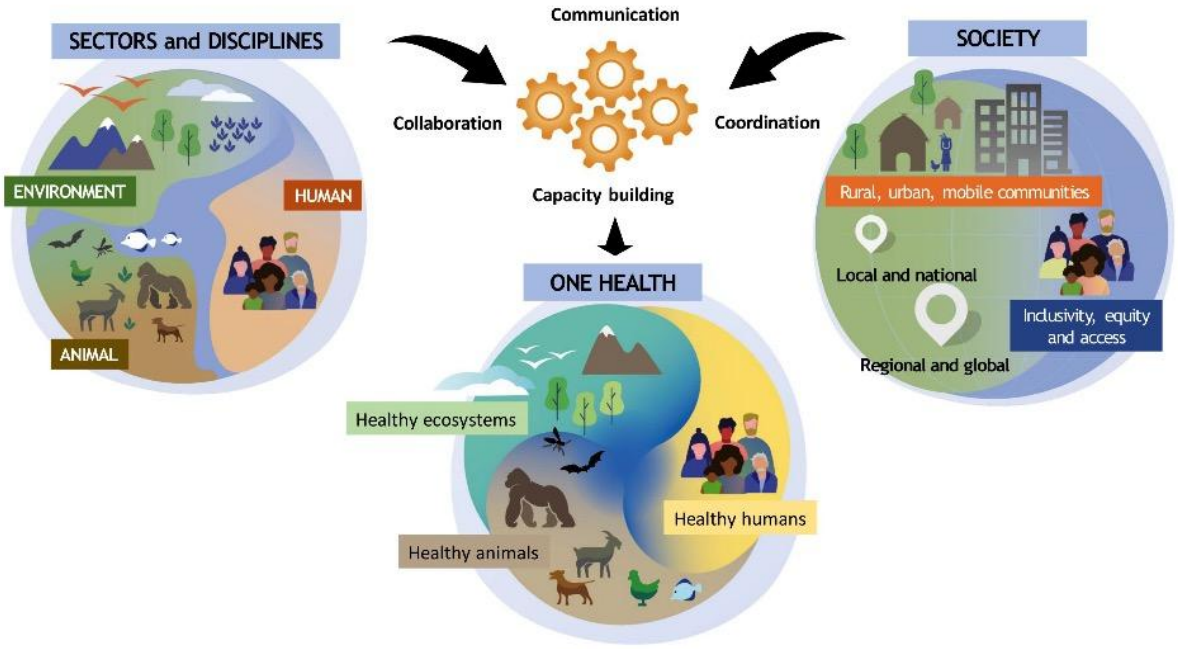

Figura 2: *One Health* (Saúde Única) e a promoção da sustentabilidade e de um futuro saudável através da colaboração, comunicação, coordenação e capacitação

Fonte: FAO; PNUMA; OMS; WOAH (2022)

Esse pensamento indica claramente o valor de integrar conhecimento e perspectivas de muitos agentes envolvidos em partes de um sistema, trabalhando para resultados positivos para todos, enquanto cresce o investimento no desenvolvimento de sistemas de saúde sustentados pela prevenção, detecção precoce e troca intersetorial – o que é uma resposta oportuna para a redução, inclusive, do risco de emergência de doenças e futuras pandemias (FAO; PNUMA, OMS; WOAH, 2022).

Desta forma, reforçando o olhar holístico da teoria do *One Health*, quando uma abordagem mais específica é realizada ao observar-se todo o proposto acima dentro do universo do ambiente de uma organização em saúde e para que seja possível o desenvolvimento de uma educação ambiental efetiva neste segmento, é preciso que se analise a integração da governança junto às principais partes interessadas e todos os demais agentes envolvidos.

O fluxo de informação e conhecimento, movimenta o processo com soluções mais rápidas, o que aumenta o bem-estar da sociedade. Assim, apesar da grande concentração da atenção em saúde, como já citado, em servir ao impacto das necessidades, desejos e expectativas das principais partes interessadas como pacientes, médicos, organizações, empresas inovadoras e agências reguladoras (Omachonu; Einspruch, 2010), outros *stakeholders* são fundamentais, sendo de extrema relevância a existência de uma governança atuante para que esses processos e o envolvimento do conjunto de agentes tenham sucesso e possam auxiliar no desenvolvimento da sustentabilidade em saúde, através de uma educação ambiental que inclua todos no sistema.

A Quadripartite citada é uma estrutura global para lidar com ameaças à saúde por meio de uma abordagem colaborativa e multissetorial. Seis linhas de ação orientam a sua implementação, com foco em áreas como doenças zoonóticas e resistência antimicrobiana.

Três caminhos para a mudança são citados pela estrutura – desenvolvimento organizacional, sistemas de dados e governança – que apoiam o desenvolvimento de planos de ação nacionais ou sua integração aos planos existentes (FAO; PNUMA, OMS; WOAH, 2022). Suas linhas de ação são: mitigação de riscos sanitários e ambientais (redução de doenças relacionadas à poluição, aos desastres climáticos, ao manejo inadequado de resíduos e aos impactos da degradação ambiental); responsabilidade social, ambiental e sanitária (pressões da sociedade e do mercado por práticas sustentáveis e éticas); conformidade regulatória (atendimento às legislações ambientais, sanitárias e de saúde pública); redução de custos e ganhos econômicos (por meio da adoção de tecnologias limpas, gestão eficiente de recursos e redução de passivos ambientais e sanitários); fortalecimento da imagem institucional e reputação pública (organizações que se alinham às práticas sustentáveis e colaborativas tendem a ganhar legitimidade e aceitação social) e inovação social (busca de soluções inovadoras para desafios complexos que impactam simultaneamente saúde, ambiente e qualidade de vida).

Assim, quando bem estruturado, o engajamento dos *stakeholders* junto à uma governança colaborativa na educação ambiental em saúde gera uma série de impactos positivos, tais como: o fortalecimento da cidadania ambiental e sanitária; a melhoria dos indicadores de saúde pública e qualidade ambiental; a redução de desigualdades socioambientais e sanitárias; o aumento da resiliência comunitária frente às mudanças climáticas e às emergências de

saúde pública; a promoção de inovações – sejam estas sociais, econômicas e/ou tecnológicas – sustentáveis e a construção de territórios saudáveis, sustentáveis e solidários.

Esses impactos não apenas atendem aos interesses diretos da sociedade, mas também contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere à saúde, educação, ação climática, cidades sustentáveis e parcerias para o desenvolvimento (ONU – Relatório "ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – comunidade educativa", 2020).

Os 17 ODS encontram-se resumidos aqui nos seus 5 princípios fundamentais como descritos no relatório citado (Figura 3).

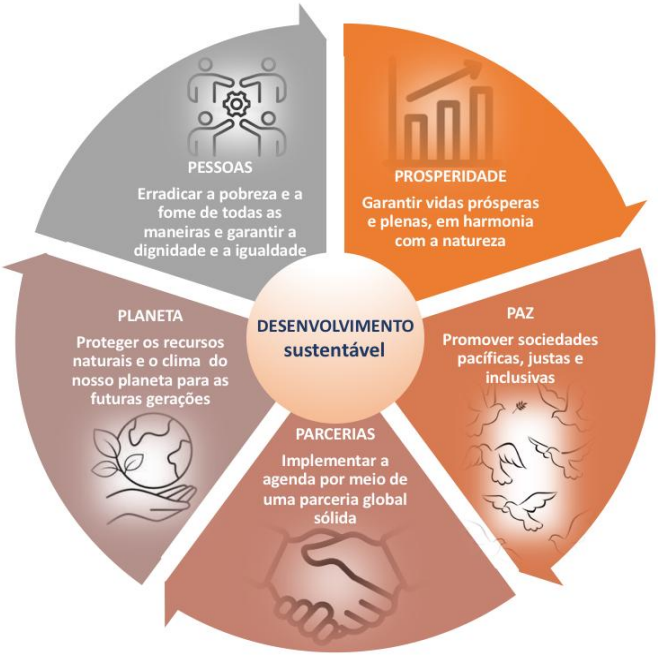

Figura 3: Metas de sustentabilidade baseadas nos 5 princípios: planeta, pessoas, prosperidade, paz e parcerias.

Fonte: Adaptado de ONU – Relatório "ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – comunidade educativa" (2020).

Estes representam um apelo urgente à ação de todos os países para uma parceria global, reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico – ao mesmo tempo que possam combater as alterações climáticas e preservarem os ecossistemas.

Os objetivos globais assumidos pelos 193 países das Nações Unidas têm como ambição "não deixar ninguém para trás" através do estabelecimento de uma linguagem comum para toda a sociedade e fixar metas de

sustentabilidade com foco em áreas críticas para a humanidade e estruturam-se em torno de 5 princípios fundamentais: planeta, pessoas, prosperidade, paz e parcerias.

Neste contexto, a liderança é essencial para garantir a gestão ideal dos recursos e o sucesso das operações (Till; McKimm; Swanwick, 2020). A saúde, através da governança, vem atendendo as necessidades e criando um ambiente de desenvolvimento que promova a excelência, a segurança, a eficácia clínica e o desenvolvimento sustentável. Isso envolve a promoção de uma cultura organizacional focada na responsabilidade social, civil e ambiental e que envolva todas as áreas e agentes da sociedade.

Assim, a educação ambiental e a saúde estão intrinsecamente relacionadas, pois, um ambiente saudável, é fundamental para a promoção da saúde humana e o bem-estar social. A educação ambiental visa conscientizar sobre a importância da preservação do meio ambiente e seus impactos na saúde, enquanto a saúde ambiental se preocupa com os fatores ambientais que afetam a saúde humana. Fatores como prevenção de doenças, promoção da saúde, saúde única e qualidade de vida são fatores fundamentais no desenvolvimento e na educação ambiental em saúde.

Desta forma, a adequação da estrutura de atenção a essas novas demandas em saúde pela governança colaborativa, a defesa de um sistema democrático acessível a todos e a necessidade da troca de conhecimento e informação, através de todas as partes envolvidas, são indispensáveis e evidenciam a relevância da compreensão de como são estabelecidos os processos relacionados às mudanças e à evolução deste segmento e o quão a educação ambiental em saúde é relevante no desenvolvimento do segmento.

Considerações finais

A recente pandemia destacou a importância das estratégias de responsabilidade social corporativa e colaborativa, estando no centro do debate se as empresas deveriam ir além dos interesses de acionistas para apoiar as necessidades da sociedade. E, o que se identifica, é o quanto a interação de todos os agentes, através de uma governança atuante e conjunta que “enxergue” e atue além dessas fronteiras empresariais é fundamental no processo de desenvolvimento social e em saúde.

Questões específicas como a pandemia e o reconhecimento de atividades importantes, como já citado por alguns autores, afetaram o bem-estar individual e coletivo o que levou, na atualidade, a exploração do próprio conceito de qualidade de vida em diferentes contextos. E qualidade de vida é possível quando todos os agentes estão preocupados com um bem-estar comum, que pode ser altamente beneficiado pela educação ambiental, gerida por uma governança colaborativa que consiga capilarizar os conceitos de sustentabilidade por toda a organização.

A educação ambiental, assim, evidencia a importância de processos participativos e colaborativos através da orientação e integração de seus agentes por uma governança colaborativa, devendo constituir ações de saúde ambiental que devem incluir comunidades, setores públicos e privados e todos os demais interessados, podendo ser uma ferramenta transformadora na promoção e na sustentabilidade em saúde.

Além disso, a educação ambiental e continuada pode criar uma mudança cultural no segmento da saúde, incentivando práticas ecológicas e a conscientização sobre a interdependência entre saúde humana e meio ambiente como aqui apresentado no conceito citado *de One Health* e que preconiza a ideia de uma abordagem integrada e unificadora, equilibrando e otimizando, de forma sustentável, a saúde de humanos, animais, plantas e ecossistemas ou mesmo no desenvolvimento e cumprimento de todas as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver.** Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016.

ALVES, M. L. **A saúde ambiental e os resíduos de serviços de saúde nos três níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde – SUS**. Dissertação (Mestrado). Natal: Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

ALVES, M.L.; XIMENES; M.F.F.M.; ARAÚJO, M.F.F. A educação em saúde ambiental nos serviços de saúde do SUS. **Holos**, v.5, p.414-429, 2015.

AMAGOH, F. Desenvolvimento de liderança e eficácia da liderança. **Management Decision**, v.47, p.989-999, 2009. DOI: https://doi.org/10.1108/00251740910966695 (acesso em 03/04/2025)

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v.18(4), p.543–571, 2008. DOI: https://doi.org/10.1093/jopart/mum032 (acesso em 29/03/2025)

BEVERE, D.; FACCILONGO, N. Shaping the future of healthcare: integrating ecology and digital innovation. **Sustainability**, vol.16, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su16093835 (acesso em 02/05/2025)

BLOK, V. Olha quem está falando: inovação responsável, o paradoxo do diálogo e a voz do outro nos processos de comunicação e negociação. **Journal of Responsible Innovation**, v.1, p.171–90, 2014. DOI: https://doi.org/10.1080/23299460.2014.924239 (acesso em 05/04/2025)

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental, institui a política nacional de Educação Ambiental e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pactos pela vida, em defesa do SUS e de Gestão – diretrizes operacionais**. Série Pactos pala Saúde. Departamento de Apoio a Descentralização / Secretaria Executiva, v.1. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Ministério do Meio Ambiente, 1992.

BULLIVANT, J. **Desenvolvendo Conselhos e Equipes Sêniores: O Guia Prático**. Londres: GGI, 2010.

CHESBROUGH, H.; CROWTHER, A.K. Beyond high tech: early adopters of open innovation in other industries. **R&D Management**, Oxford, v.36, n.3, p. 229-236, 2006.

CHIARINI, A.; VAGNONi, E. Sustentabilidade ambiental na saúde pública europeia. **Liderança em Serviços de Saúde**, v.29, p.2-8, 2016. DOI: https://doi.org/10.1108/LHS-10-2015-0035 (acesso em 28/05/2025)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) - **Tendências, desafios e oportunidades da ecoinovação para a indústria no Brasil**. Confederação Nacional da Indústria, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Brasília: CNI, 2023.

DOYLE, P. *et al*. **Percepção das partes interessadas em saúde pública sobre o status das atividades de comunicação em saúde para a prevenção e o controle de doenças transmissíveis nos países da UE e do EEE/EFTA**. Estocolmo: ECDC, 2012.

FAO; UNEP; WHO; WOAH. **One Health Joint Plan of Action (2022-2026).** Working together for the health of humans, animals, plants and the environment. Rome, 2022. DOI: https://doi.org/10.4060/cc2289en (acesso em 28/04/2025)

FARIAS, S.; MARQUES, F.R.V.; MARTINS FILHO, A. Interseção entre educação ambiental, políticas públicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **IOSR Journal of Business and Management**, v.26(10), p.32-38, 2024.

FORSYTHE, L.P. *et al*. Engajamento de pacientes e partes interessadas nos projetos-piloto do PCORI: descrição e lições aprendidas. **Journal of General Internal Medicine**, v.31, p.13–21, 2016. DOI: https://doi.org/10.1007/s11606-015-3450-z (acesso em 03/05/2025)

GÓMEZ, K.S.R.; CABALLERO, J.V.C. Desenvolvimento histórico do conceito de qualidade de vida: uma revisão da literatura. **Revista Ciência e Cuidado**, Colômbia, v.18(3), p.96-109, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22463/17949831.2539 (acesso em 28/05/2025)

GODOY, C.F.M.; PACCOLA, E.A.S.; FERRARI, A. Sustentabilidade hospitalar e educação ambiental: caminhos para a promoção da saúde. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.20, n.2, p.148-162, 2025.

GREENING, N. A melhoria do desenvolvimento de liderança no setor da saúde: um estudo de caso em hospitais japoneses**. Open Journal of Leadership**, Suíça, v.8, 2019. (acesso em 07/05/2025)

HARDEN, R.M. *et al.* Da Competência à Metacompetência: um modelo para a especificação de resultados de aprendizagem. Em Callaghan *et al*. (Org.), **Educação Baseada em Resultados** (Guia AMEE 14). Dundee: AMEE, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Governança e inovação: uma abordagem integrada. São Paulo, Portal do Conhecimento, 2021. (acesso em 04/05/2025)

KARLINER, J.; GUENTHER, R. Hospitais verdes e saudáveis globais. **Cuidados de Saúde sem Danos** (HCWH), 2011. Disponível em: https://noharm-europe.org/documents/global-green-and-healthy-hospitals-agenda-english (acesso em 04/04/2025)

MARQUES, Ronualdo; GONZALEZ, Carlos Eduardo. Educação ambiental para a saúde – atividades interdisciplinares entre o ensino de ciências e o de línguas. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v.08, n.1, p.1-13, 2022. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/download/2229/1494/9348 (acesso em 23/05/2025).

MILLER, G. Tyler. **Ciência Ambiental**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MONZONI, M.; NICOLLETTI, M. O tic-tac da ansiedade climática. **Fundação Getúlio Vargas** (FGV), 2024. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/tic-tac-ansiedade-climatica (acesso em 13/11/2025)

NERY, I.O.; COSTA, N.C.; SANTOS, A.M. O papel das políticas públicas e da conscientização ambiental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **IOSR Journal of Business and Management**, v.26(9), p.49–5, 2024.

OECD/Eurostat (2018), Oslo Manual 2018: Guidelines for collecting, reporting and using data on innovation, 4th Edition, **The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities**, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg. https://doi.org/10.1787/9789264304604-en (acesso em 03/04/2025)

OMACHONU, V.K.; EINSPRUCH, N.G. Innovation in healthcare delivery systems: a conceptual framework. **The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal**, v.15(1), 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório "ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – comunidade educativa"**, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. 2021. Disponível em: https://www.who.int/ (acesso em 08/11/2024)

PELLEGRINI, G.; LOVATI, C. Engajamento das partes interessadas para melhores resultados de saúde: um resumo de pesquisa para projetar uma ferramenta para melhor comunicação e participação. **Frente de Saúde Púbica**, Frontiers in Public Health, 2025. DOI: 10.3389/fpubh.2025.1536753 (acesso em 28/05/2025)

RAMOS, M.; MARTINEZ, A. Governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v.3, n.6, p.143-164, 2006.

ROMANELLO, M. *et al*. The 2024 report of the Lancet Countdown on health and Climate change: facing record-breaking threats from delayed action. **The Lancet**, 404 (10465), p.1847-1896, 2024. DOI: https://doi.org/101016/S0140-6736(24)01822-1 (acesso em 13/11/2025)

RUBINELLI, S. *et al*. Desenvolvendo a associação internacional para comunicação em saúde para enfrentar os desafios atuais da comunicação em saúde. **Patient Education Counseling**, v.102(6), p.1217–1221, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.pec.2019.01.004 (acesso em 04/05/2025)

SIJM-EEKEN, M.; JASPERS, M.; PEUTE, L. Identificando fatores de impacto ambiental para cuidados de saúde sustentáveis: uma revisão de escopo. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.20(18), 2024.

TILL, A.; MCKIMM, J.; SWANWICK, T. A importância do desenvolvimento da liderança nos currículos médicos: uma perspectiva do Reino Unido. **J. Health Leadersh**, v.12, p.19–25, 2020.

WEST, J. *et al*. Open innovation: the next decade. **Research Policy**, Amsterdam, v.43, n.5, p.805-811, 2014.

WHEELEN, T.L. *et al.* **Gestão Estratégica e Política Empresarial**. Nova York: Pearson, 2017.

WHITMEE, S. *et al*. Salvaguardar a saúde humana na época do antropoceno. **Relatório da Fundação Rockefeller** – Comissão Lancet sobre saúde planetária, v.386, p.1.973-2028, 2015.

YAO, R. *et al*. Desigualdades nos serviços de saúde causadas pela adoção de tecnologias digitais de saúde: revisão de escopo. **Journal of Medical Internet Research**, v.24(3), 2022. DOI: https://doi.org/10.2196/34144. Acesso em: 28 abr. 2025.